

África do Sul é contra os direitos do homem

— considera Embaixador N.

Isaac Murargy

15/2/84

A África do Sul é o principal obstáculo para a implementação de verdadeiros direitos do homem, assim como o maior obstáculo para a consolidação da independência dos países desta região, afirmou, segunda-feira, em Genebra, Isaac Murargy, Embaixador e representante da RPM na Comissão dos Direitos do Homem, intervindo no ponto da discussão sobre a situação na África Austral.

Afirmou ainda, que o governo da África do Sul é o principal obstáculo para que o povo desse país exerça a autodeterminação no sentido da independência e do desenvolvimento.

Descreveu em seguida as diversas formas em que se exerce a política de «apartheid», abordando também a política de implantação dos bantustões.

Quanto ao ponto de vista militar, expôs a política da RAS neste domínio.

Afirmou que Moçambique, pelo amor da liberdade, o seu profundo anti-racismo e pelo empenhamento na luta contra a dominação e em favor da independência e do desenvolvimento (por causa deste ideal de justiça, paz, e desenvolvimento levado a cabo por Moçambique) tem sofrido do regime de Pretória, a imposição de uma guerra não decla-

rada contra o povo do seu país e através de mercenários e de grupos armados.

Sobre a acção destes grupos, o Embaixador moçambicano descreveu a sua actuação e os seus objectivos, afirmando que em complemento dessas acções, o governo de Pretória implementa também acções militares sob o pretexto de perseguir membros do ANC.

Classificando as agressões citadas sob diversos itens da carta das Nações Unidas e de diversas resoluções do Conselho de Segurança, o Embaixador Murargy afirmou nomeadamente que o regime da RAS, nega ao Povo da África do Sul, os seus direitos fundamentais, afirmando que os negros do país são classificados de trabalhadores estrangeiros sem quaisquer direitos.

O representante de Moçambique abordou seguidamente o problema da Namíbia, afirmando que também o governo de Pretória nega ao povo deste território os seus direitos, nomeadamente à autodeterminação afirmando ser a SWAPO o representante legítimo do povo que luta contra a agressão.

Reafirmou ao terminar a determinação de Moçambique, de apoiar todas as medidas da comunidade internacional de forma a eliminar o crime de «apartheid» e todas as formas de racismo.